



PROJETO BRA/04/029

Segurança Cidadã

Edital de Pesquisas

Pensando a Segurança Pública

Convocação nº 001/2011 – Seleção de Projetos

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã – firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP e com o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, fortalecer o diálogo entre a SENASP e atores acadêmicos como Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas, torna pública a presente Convocação para seleção de projetos e convida os interessados a apresentarem propostas, nos termos aqui estabelecidos.

1. CONTEXTO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão do Ministério da Justiça, tem como atribuições definir, implementar e acompanhar a execução da Política Nacional de Segurança Pública, incluindo os programas de prevenção e controle da violência e da criminalidade. Dentre suas atribuições constam a realização e o fomento de estudos e pesquisas que abordem o conhecimento mais aprofundado de determinadas práticas delituosas geradoras de insegurança e vitimização e de boas práticas sobre prevenção e a redução da violência, o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de aprimoramento da gestão da política de segurança pública, dentre outros assuntos.

A aproximação com as Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa já é uma premissa em desenvolvimento pela SENASP há alguns anos, seja por meio da realização de pesquisas pontuais, seja pela sua participação em fóruns acadêmicos e científicos, seja em parceria com as instituições de ensino na realização de cursos, onde se destaca a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, responsável pelo oferecimento de cursos de pós graduação *lato sensu* em segurança pública e áreas afins em todo o país.

Nesta direção, este edital tem como objetivo desenvolver pesquisas cujos resultados possam subsidiar o desenvolvimento da política nacional de segurança pública. O **Edital Pensando a Segurança Pública** se inicia com a presente Convocação, cuja metodologia se beneficia do projeto de sucesso “Pensando o Direito”, editado pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça, também desenvolvido em parceria com o PNUD. Serão financiadas pesquisas com duração máxima de 06 (seis) meses e que se enquadrem nas áreas temáticas discriminadas no anexo I deste Edital.

2. OBJETO

Estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas no campo da segurança pública e da justiça criminal, em temas considerados prioritários pela SENASP e pelo Ministério da Justiça e que possam contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento da política nacional de segurança pública. As instituições selecionadas ficarão responsáveis pela coordenação de grupos de pesquisa e pela elaboração de relatórios (produtos) relacionados a cada uma das seguintes áreas temáticas:

Grupo A

- A.1. Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos
- A.2. Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais
- A.3. Tráfico de Pessoas
- A.4. Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública
- A.5. Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública
- A.6. Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária

Grupo B

- B.1. Segurança Pública e Direitos Humanos
- B.2. Uso da Força
- B.3. Diagnóstico dos Homicídios
- B.4. Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade
- B.5. Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio
- B.6. Fluxo do registro de mortes violentas

B.7. Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal

Os temas pesquisados deverão contemplar as especificidades de cada área, conforme as indicações estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos termos do **Anexo I** desta convocação.

Recomenda-se que na elaboração das propostas de cada uma das áreas temáticas sejam consideradas as dimensões de gênero, raça e etnia, além das possíveis diferenças regionais e geográficas do Brasil que tenham impacto sobre o objeto estudado.

O Grupo A é composto por áreas temáticas gerais acerca das quais poderá ser selecionada somente 01 (uma) proposta de pesquisa. O Grupo B é composto por áreas temáticas específicas acerca das quais poderão ser selecionadas até 03 (três) propostas de pesquisa para cada área temática, desde que conteúdo e objeto da pesquisa sejam distintos. Serão selecionadas, no máximo, 27 (vinte e sete) propostas de pesquisa no total.

Cada instituição poderá apresentar até 03 (três) propostas de pesquisa no total, em áreas temáticas distintas e poderá ser contemplada com, no máximo, 2 (duas) propostas.

Dentro do período de vigência da parceria, formalizada mediante a assinatura de *Cartas Acordo*, as instituições selecionadas comprometem-se a responder a questões técnicas restritas à área temática sob sua responsabilidade a serem eventualmente formuladas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de qualificar os trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria e de harmonizar a pesquisa acadêmica com as políticas públicas do campo da segurança e da justiça criminal.

3. ELEGIBILIDADE

Serão consideradas elegíveis as faculdades e as universidades públicas e privadas, fundações mantenedoras, de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não-governamentais que comprovadamente atuem ou realizem pesquisas relativas às áreas temáticas propostas.

Para fins de comprovação das atividades de pesquisa, será dada preferência às instituições que possuam grupos de pesquisa ligados às áreas temáticas indicadas e cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com área de concentração ou linha de pesquisa ligadas às áreas temáticas indicadas.

4. HABILITAÇÃO

As instituições interessadas em participar do processo seletivo deverão apresentar:

I – Projeto de pesquisa sobre a área temática indicada na presente convocação para a qual deseja se candidatar, contemplando proposta com definição clara de objeto, método e objetivos do trabalho. **O Projeto deverá indicar, de forma inequívoca, qual é a área temática de candidatura, transcrevendo literalmente um dos títulos indicados no item 2 deste edital.**

Caso a mesma instituição deseje se candidatar a mais de uma área temática, deve apresentar um projeto de pesquisa para cada área, não sendo aceitas mais do que 03 (três) propostas de pesquisa por instituição.

II – Apresentação da equipe de pesquisa, que deverá ser **coordenada por profissional com título de doutor em área relacionada com a área temática da candidatura**, com currículo de seus membros, incluindo o endereço eletrônico (e-mail) de todos eles e os **telefones do coordenador para contato**.

III – Apresentação da instituição proponente, **com ênfase em sua experiência anterior na área temática de candidatura**, indicando, se for o caso, os respectivos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ou Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) cuja área de atuação seja afim ao projeto apresentado.

IV – Cronograma de realização da pesquisa, com marco inicial em **14 de novembro de 2011**, contemplando a indicação precisa dos momentos de entrega dos produtos inicial e final, em conformidade com as datas do cronograma de desembolso indicado abaixo. Os projetos deverão ser executados **até a data limite de 14 de maio de 2012**, perfazendo o período máximo de 06 (seis) meses de duração.

V – Detalhamento dos custos de implementação do projeto de pesquisa e da utilização dos recursos oriundos do apoio financeiro do Projeto BRA/04/029, apresentando o planejamento das **ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa (já considerando eventuais descontos decorrentes de taxas administrativas), observando-se o cronograma de desembolso indicado no item 6 deste edital e os prazos de entrega dos produtos;**

VI – Proposta de contrapartida institucional à parceria, que pode englobar desde a destinação de instalações físicas específicas até o aporte de recursos humanos ou financeiros ao projeto;

VII – Comprovação de regularidade fiscal, por meio dos seguintes documentos:

a) Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;

Edital de pesquisa – “Pensando a Segurança”

- b) Inscrição Municipal;
- c) Inscrição Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débito Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
- h) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;
- i) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Os projetos poderão ser apresentados em conjunto com outras instituições, desde que a parceria seja devidamente comprovada e que haja definição prévia e clara da divisão de trabalho no projeto.

Ainda que outras instituições subscrevam o projeto de pesquisa selecionado, **a instituição proponente será exclusivamente responsável por sua execução, não podendo transmitir tal responsabilidade a terceiros, nos termos da Carta Acordo a ser formalizada.**

As propostas de pesquisa deverão ser assinadas, obrigatoriamente, pelo representante legal da instituição proponente. A assinatura do coordenador da pesquisa não supre essa exigência.

Não será aceita a substituição da instituição proponente por outra. Essa vedação aplica-se inclusive a universidades e suas fundações de apoio ou mantenedoras. Caso a fundação de apoio seja a executora da pesquisa, ela deverá ser também a proponente.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS

Os projetos de pesquisa apresentados pelas instituições deverão cumprir integralmente e rigorosamente os requisitos previstos da presente convocação, e serão selecionados em função dos seguintes critérios de julgamento, cuja descrição e pontuação referente a cada um deles segue detalhada no Anexo II:

Critério I – Adequação ao tema e às diretrizes propostas

Critério II – Estratégia metodológica

Critério III – Titulação dos membros da equipe de pesquisa

Critério IV – Experiência dos membros da equipe na área temática de candidatura

Critério V – Experiência da instituição proponente em pesquisas empíricas e aplicadas

Critério VI – Experiência da instituição proponente na área temática de candidatura

Compete às instituições proponentes comprovar, nas propostas, o cumprimento dos critérios III a VI. Deverão ser incluídas nas propostas de pesquisa as informações pertinentes ao julgamento desses critérios, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.

Dar-se-á **preferência a pesquisas de cunho aplicado, voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas em segurança e justiça criminal, assim como pesquisas empíricas.** Também será dada **preferência a pesquisas interdisciplinares ou que considerem em sua equipe a presença de profissionais das instituições de segurança pública e justiça criminal,** quando for o caso e quando compatíveis com as diretrizes temáticas constantes do Anexo I desta convocação.

O Comitê de Avaliação (vide item 9. Julgamento) poderá aprovar propostas de forma condicionada. Neste caso, a assinatura da Carta Acordo dependerá do atendimento de todas as exigências feitas pelo Comitê.

6. APOIO FINANCEIRO AOS PROJETOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos que serão aplicados na implementação das Cartas Acordo a serem firmadas com as instituições selecionadas são oriundos do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

O apoio financeiro destinado para cada proposta selecionada em cada um dos temas pesquisados será de **até R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, repassados em conformidade com o cronograma de desembolso a ser estabelecido na Carta de Acordo:

1ª parcela	15% do valor aprovado no momento de assinatura da Carta Acordo.
2ª parcela	15 % do valor aprovado após entrega e aprovação do produto inicial, até 14 de dezembro de 2011.
3ª parcela	35 % do valor aprovado após entrega e aprovação do produto parcial, até 14 de março de 2012.
4ª parcela	35% do valor aprovado após entrega e aprovação do produto final, até 14 de maio de 2012.

Os produtos consistirão em:

1. **Produto inicial** – Relatório inicial da pesquisa contendo o projeto de pesquisa consolidado (objeto, objetivos, atividades, fases, metodologia, resultados esperados), o andamento do primeiro mês da pesquisa e o planejamento para os próximos cinco meses

de trabalho, contemplando eventuais ajustes pactuados entre a instituição selecionada, a SENASP e o PNUD.

2. **Produto parcial** – Relatório parcial da pesquisa contendo a descrição das informações sobre o andamento e a execução da mesma durante os quatro meses de trabalho, seus primeiros resultados e eventuais dificuldades.
3. **Produto final** – Relatório final da pesquisa, contendo a descrição detalhada das informações e dos resultados da pesquisa segundo previsto no projeto apresentado, e Relatório resumido da pesquisa, em formato a ser definido pela SENASP, com vistas a publicação e divulgação dos resultados da pesquisa.

7. APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os recursos poderão ser utilizados para a remuneração direta do coordenador-doutor¹ e dos membros de sua equipe de pesquisa, em partilha definida previamente pela própria instituição, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto, incluindo-se, entre outros, aquisição de material permanente e organização de eventos.

A instituição selecionada deverá prestar contas dos gastos ao final da execução do projeto de pesquisa e assume responsabilidade pela destinação dos recursos repassados, devendo observar eventuais impedimentos e vedações legais.

8. PRAZO E LOCAL PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS

Os projetos deverão ser entregues ou postados por meio de SEDEX até o dia **14 de outubro de 2011**, no endereço abaixo:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública
Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação
SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112 - Edifício Venâncio 3000
CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

Para a presente convocação, será considerada a data de postagem (ou de entrega, caso feito pessoalmente) dos documentos.

O envelope deverá estar identificado com a inscrição **“Edital Pensando a Segurança Pública”** e com a identificação da instituição, contendo a proposta impressa em 01 (uma) via, em papel timbrado da instituição, rubricadas todas as folhas, datada e assinada na última folha pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas, com as informações e

¹ Se o coordenador-doutor for servidor público só poderá ser remunerado pelo projeto se sua contratação for em regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários.

documentos pedidos no item 2. HABILITAÇÃO deste Edital. A instituição também deverá entregar a proposta em meio magnético (CD-ROM ou DVD).

9. JULGAMENTO

A análise da proposta e da documentação apresentada em resposta à presente convocação será efetuada por um Comitê de Avaliação constituído por representantes do PNUD, da SENASP e, conforme o caso, por representantes de órgãos governamentais que tenham interesse nos temas selecionados.

Também poderão ser convidados a integrar o Comitê professores e pesquisadores especializados em cada uma das áreas temáticas, desde que não tenham vinculação com nenhuma das instituições proponentes na respectiva área.

O julgamento realizar-se-á mediante análise comparativa, em conformidade com os critérios desta convocação.

10. ANEXOS QUE INTEGRAM A CONVOCAÇÃO

- a) Anexo I – Diretrizes Temáticas
- b) Anexo II – Tabela de Critérios e de Pontuação Técnica
- c) Anexo III – Lista de itens que deverão obrigatoriamente constar nas propostas a serem enviadas.

11. ASSINATURA DA CARTA DE ACORDO COM AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS

A não-apresentação ou a irregularidade de quaisquer dos documentos comprobatórios da regularização jurídico-fiscal das instituições selecionadas impede a assinatura das Cartas de Acordo, facultando ao Comitê de Avaliação da área temática a convocação da instituição cuja proposta tenha sido classificada em segundo lugar.

12. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do processo seletivo serão publicados no dia 28 de outubro de 2011 no *site* da Secretaria Nacional de Segurança Pública (www.mj.gov.br/senasp). A divulgação dos resultados não implicará direito ao apoio financeiro e técnico por parte da SENASP e/ou do PNUD.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente convocação poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a qualquer momento, por iniciativa do PNUD ou da SENASP, sem que isto implique direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

A presente seleção é conduzida no âmbito do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e outras, assinado em 29 de dezembro de 1964, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11, de 25 de abril de 1966, e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, e na esfera do Documento de Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

As instituições participantes da seleção reconhecem que o PNUD goza dos privilégios e imunidades a ele dispensados por força da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, ratificada pelo Governo Brasileiro, e nada do que está contido no presente instrumento deverá ser interpretado como renúncia, tácita ou expressa, pelo PNUD a tais privilégios e imunidades.

14. ESCLARECIMENTOS

Quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais deverão ser solicitadas por escrito pelo endereço eletrônico pensandoaseguranca@mj.gov.br, colocando no assunto: “Pensando a Segurança Pública – 2011”.

ANEXO I – DIRETRIZES TEMÁTICAS

GRUPO A	
A.1	Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos
A.2	Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais
A.3	Tráfico de Pessoas
A.4	Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública
A.5	Jornadas e escalas de trabalho dos profissionais de segurança pública
A.6	Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária
GRUPO B	
B.1	Segurança Pública e Direitos Humanos
B.2	Uso da Força
B.3	Diagnóstico dos homicídios
B.4	Políticas de prevenção e redução dos homicídios em áreas de vulnerabilidade
B.5	Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio
B.6	Fluxo do registro de mortes violentas
B.7	Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal

GRUPO A

A.1. Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos

Previstos na Constituição de 1988, os conselhos gestores ou de direitos representam os instrumentos que melhor traduzem o direito da sociedade de articular-se com os órgãos de governo na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas, colocando em pauta a participação popular na gestão e no controle da administração pública.

Os Conselhos Estaduais de Segurança Pública são órgãos criados pelo poder executivo estadual, normalmente em formato colegiado, cujo objetivo é contribuir para a formulação e a execução articulada da política estadual de segurança pública em cada estado da federação. Suas competências são definidas pelas próprias UF's, sendo sua natureza de caráter executivo e/ou consultivo dependendo da prescrição de cada estado.

Já os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos são instâncias de deliberação colegiada, também criados pelo poder executivo estadual, cujo objetivo é, em geral, contribuir para a defesa e garantia dos direitos humanos e aprimorar a intervenção governamental nesta área.

Dada a diversidade dos Conselhos Estaduais hoje em funcionamento no país, é de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que são responsáveis, respectivamente, pela gestão do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e do Conselho Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), conhecer melhor a realidade destas instituições, e, conseqüentemente, poder ser capaz de relacionar e transversalizar estes recortes temáticos na formulação das políticas públicas, ressaltando que as ações e políticas de segurança devem estar subordinadas e articuladas com o respeito aos direitos humanos.

Assim, ambos os conselhos representam instituições que podem orientar as ações do governo federal no desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas, de acordo com as necessidades identificadas em cada realidade. Os Conselhos Estaduais representam órgãos estratégicos para a política do governo federal, uma vez que, dependendo da realidade de sua atuação em cada unidade da federação, são responsáveis pela formulação da política estadual de segurança pública e de direitos humanos, contribuem para construir as estratégias para a sua execução, articulam as instituições locais de segurança, justiça e direitos humanos e, em alguns casos, estimulam a participação social por meio da abertura às organizações da sociedade civil na sua composição.

Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Realizar um mapeamento dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos em funcionamento nas unidades da federação;

- 2) Buscar informações sobre suas competências (a partir dos seus marcos normativos), regulamentação, assim como informações sobre suas atribuições, fluxo de trabalho e responsabilidades;
- 3) Detalhar, para os Conselhos existentes, suas condições de funcionamento, estrutura (sede, número de funcionários, composição, representatividade das instituições/entidades, número de conselheiros e respectivos cargos, equipamentos, localização, formas de publicização do seu trabalho), grau de autonomia de sua atuação, aportes financeiros, canais de interlocução com a comunidade e com os órgãos federais; e ações que desenvolvem;
- 4) Identificar qualitativamente a natureza da sua atuação e do seu modo de funcionamento, de modo a perceber se seu trabalho está focado em acolher denúncias, influenciar na concepção e gestão das políticas públicas ou ambos.

Tal levantamento poderá ser feito por meio de aplicação de questionários, seguido da realização de visitas *in loco* para realidades que se destacarem em pelo menos 10 Unidades da Federação, sendo duas por região. Além disso, para o levantamento do perfil e do modo de atuação dos conselhos, sugere-se que sejam feitos grupos focais com a participação de conselheiros e/ou integrantes dos conselhos.

A.2. Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais

Uma das principais ferramentas utilizadas na gestão pública é o investimento na produção de informação qualificada a serviço do processo de formulação de políticas públicas mais adequadas. A utilização de indicadores de monitoramento e avaliação, construídos a partir do diagnóstico de realidades sociais, e aplicados no desenho, na implementação e na avaliação de políticas públicas possibilita ao gestor realizar a sua tomada de decisão de modo mais qualificado e segundo o retrato que os dados revelarem. Por isso, o uso de indicadores como subsídio ao processo decisório na administração pública brasileira mostra-se fundamental para aprimorar e melhorar a qualidade de sua gestão.

No campo da segurança pública isto não é diferente. É fundamental elaborar e disseminar o uso de indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança, especialmente a dos resultados obtidos, das suas instituições e seus profissionais. Assim, é importante que a pesquisa se volte tanto para a identificação de experiências de políticas públicas em segurança e justiça criminal que utilizem como ferramenta a produção de indicadores e o seu acompanhamento baseado nestes, assim como a produção de sugestões de indicadores a serem adotados para monitoramento e avaliação das políticas de segurança, das instituições e dos seus profissionais.

Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Levantar informações sobre os indicadores já existentes no campo da segurança pública, aplicáveis para avaliar as políticas desta área, avaliar as instituições e os profissionais;
- 2) Levantar experiências de gestão no campo da segurança pública, que priorizem a utilização de indicadores de monitoramento e avaliação para o seu desenvolvimento;
- 3) Verificar a aplicabilidade de tais indicadores e suas limitações, como a disponibilidade das informações e o tempo necessário para a produção dos dados;
- 4) Avaliar se os indicadores existentes dão conta da avaliação do fenômeno de forma adequada, assim como se os indicadores de avaliação das instituições e dos seus profissionais permitem sua avaliação à luz da natureza do trabalho que desempenham;
- 5) A partir da avaliação dos indicadores existentes, sugerir novos (em todos os níveis de gestão, da política aos profissionais), de modo que seja possível disseminá-los para apropriação pelos entes federados e gestores;
- 6) Sugerir a adoção de indicadores de impacto para a avaliação das políticas públicas e das instituições de segurança pública, com foco no resultado, identificando, inclusive, os custos e as metodologias de tais avaliações.

A.3. Tráfico de Pessoas

O Tráfico de Pessoas é atualmente a escravidão do século XXI. A sua compreensão como um fenômeno mundial passa inexoravelmente pela definição estabelecida pelo Protocolo de Palermo². O documento define o Tráfico de Pessoas como sendo “(...) recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, servidão ou a remoção de órgãos” (Protocolo de Palermo, 2000; Decreto 5.948, 2006).

Demonstrando preocupação e compromisso governamental no enfrentamento ao crime, no ano de 2004, por intermédio do Decreto nº 5.017, o Brasil promulgou o supracitado Protocolo. À sua ratificação, adveio, em 2006, o Decreto nº 5.948 que aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Assim, ficaram estabelecidos os princípios, diretrizes e ações a serem desenvolvidas, que culminaram na elaboração do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foram materializadas, desta forma, uma série de ações visando prevenir o tráfico de pessoas; garantir a atenção às vítimas e institucionalizar a repressão, mediante o combate incisivo aos traficantes, impondo-lhes sanções cabíveis, e fomentando a interação com outros governos para desestruturar as redes criminosas.

Especificamente quanto ao Tráfico de Pessoas, segundo o UNODC, os números estimam que pessoas de 127 países são exploradas hoje em 137 nações. Estima-se que 80% das vítimas são usadas na prostituição e 20% no trabalho forçado, sendo a metade das pessoas traficadas menores de 18 anos (UNODC, 2009). Apesar dos números, existe ainda uma dificuldade muito grande de identificação do crime e dos envolvidos. A falta de uma legislação universal, a falta de conhecimento sobre o fenômeno, nos âmbitos interno e internacional, além de uma limitada atuação em conjunto dos países signatários, agregado ao despreparo das forças de segurança impedem uma identificação mais fiel do problema.

Em 2002, antes inclusive dos marcos citados acima, foi publicada a PESTRAF (Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial), que continua sendo a principal referência sobre o tema no Brasil. Naquele momento, detectou-se a instauração de 154 inquéritos e processos judiciais no período entre 1996 e 2002. Também foram

² Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2000). O Brasil está entre os 142 signatários do Protocolo.

identificadas 219 vítimas e 241 rotas, sendo que 110 delas (45,64%) eram de tráfico intermunicipal e interestadual.

A Polícia Federal, nos últimos 18 anos, quantificou os dados sobre o número de inquéritos policiais abertos sobre o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, em crimes transnacionais. Há um total de 826 inquéritos. No Ministério Público há registro de 26 ações extrajudiciais e 45 ações judiciais. As Polícias Militares dos Estados também apresentaram números no Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESP – para ocorrências registradas sobre o tráfico de pessoas no Brasil. São 140 as ocorrências registradas. Outra fonte nacional é o disque 100, criado no Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, entre os anos de 2008 e julho de 2010. Um total de 190 ocorrências foi registrado pelo sistema³. Por último, porém não menos importante, são os números do Sistema Penitenciário, referentes à população carcerária, que expressam que 52 pessoas estão atualmente presas e acusadas do cometimento deste crime.

Apesar do vasto número de fontes oficiais, os números acima não foram cruzados, de forma que é inviável, pelo menos momentaneamente, a realização de estudos mais amplos para determinar algum valor estatístico significativo ou até mesmo um diagnóstico sobre a ocorrência do Tráfico de Pessoas no Brasil.

Desta forma, a realização de uma pesquisa que possa ajudar a identificar o fenômeno no Brasil, nas suas diversas formas de expressão (tráfico para fins de exploração sexual; exploração da prostituição; trabalho escravo, remoção de órgãos; para adoção internacional etc), bem como suas principais causas, redes de aliciamento, rotas e público alvo, poderá ser de suma importância para o desenho de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento a este crime.

A partir dessas informações, algumas questões sobre o tema podem ser levantadas:

- 1) Como promover o cruzamento de dados para aprofundar o conhecimento e dimensionamento do fenômeno do tráfico pessoas?
- 2) Quais as principais rotas identificadas ou mapeadas neste cruzamento de dados?
- 3) Como este fenômeno pode ser mapeado em regiões de fronteiras?
- 4) Este fenômeno está conexo a outros crimes, como lavagem de dinheiro, tráfico de armas e drogas etc?
- 5) Como preparar as forças de segurança para identificar e enfrentar o tráfico de pessoas?

³ Em 2010 até o mês de julho.

A.4. Normas Disciplinares e Diretrizes de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública

A necessidade de adequação à Constituição Federal de 1988 dos regulamentos disciplinares, códigos de conduta e leis orgânicas sobre direitos e deveres dos profissionais de segurança pública tem sido debatida constantemente e está prevista no primeiro artigo da Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº 2, de 15 de dezembro de 2010, que trata das Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Estudos indicam que os regulamentos disciplinares adotados pelas Polícias Militares do Brasil possuem sanções que podem suscitar abusos de autoridade e violações constitucionais.

Neste contexto, esta diretriz busca a realização de pesquisa que abranja análise documental, histórica e comparada dos regulamentos disciplinares, leis orgânicas e códigos de conduta adotados pelas instituições de segurança pública, bem como elabore uma proposta que adeque seu conteúdo ao previsto na Constituição Federal de 1988 e às Diretrizes previstas na Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº 2, de 15 de dezembro de 2010.

Como diretrizes para a realização da pesquisa, propõe-se:

- 1) Realizar, em âmbito nacional, análise documental comparativa e pesquisa teórica, histórica e legal dos regulamentos disciplinares, leis orgânicas e códigos de conduta das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica ou Perícia Forense, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares);
- 2) Estruturar proposta de matriz legal (redação) de regulamentos disciplinares para instituições de segurança pública considerando a Constituição Federal de 1988 e a Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 02, de 15 de dezembro de 2010.

A.5. Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública

As condições adversas de trabalho, os riscos inerentes à profissão e a pressão da sociedade por eficiência expõem os profissionais de segurança pública a doenças ocupacionais, a altos índices de estresse, desgastes e sofrimento psíquico. É fundamental que as medidas de valorização profissional abranjam também a criação de melhores condições de trabalho, a prevenção de adoecimentos e a promoção de qualidade de vida.

Reconhecendo a necessidade de consolidar políticas de qualidade de vida e atenção à saúde por meio de estruturação de núcleos e centros de atendimento psicossocial e programas específicos, a SENASP entende como imprescindível realizar pesquisas específicas visando à investigação dos fatores que levam ao adoecimento e a precarização das condições de trabalho dos operadores de segurança pública. Nesse sentido, a coleta dessas informações configura-se como importante instrumento para embasar as decisões no campo, a formulação de políticas públicas de saúde e a implementação do Projeto Nacional de Qualidade de Vida para Servidores de Segurança Pública, instituído pela IN/GAB/MJ 01/10.

No campo da segurança pública há um grande debate em torno da adequação das diferentes jornadas e escalas de trabalho e suas implicações na gestão. Diferentes estudos apontam correlações entre jornadas excessivas e horas extras e maior risco de lesões, doenças e acidentes de trabalho, o que na atividade de segurança pública implica em maior risco para a população e para os próprios agentes de segurança. Há que se considerar ainda a implicação das diferentes jornadas e escalas de trabalho na qualidade de vida do policial, no relacionamento familiar e social, nas atividades de lazer e na saúde como um todo. As Unidades da Federação normatizam as jornadas e escalas de trabalho dos agentes de segurança pública de diversas formas, as mais comuns determinam escalas de 24 horas de trabalho por 48 de descanso, 24 x 72, ou até mesmo escalas alternadas de 12 x 24 e 12 x 48. Contudo, a discussão em torno do que seria mais adequado não tem se embasado em evidências científicas considerando as reais implicações das jornadas e escalas na gestão administrativa da corporação e na saúde e qualidade de vida dos profissionais.

Considerando a implicação das diferentes jornadas e escalas de trabalho na saúde dos profissionais e nas práticas de gestão, esta área temática pretende verificar os regimes de trabalho adotados pelas instituições de segurança pública e seus efeitos na saúde e no desempenho dos seus profissionais.

Como diretrizes para a realização da pesquisa, propõe-se:

- 1) Verificar nacionalmente os tipos de jornadas e escalas adotadas no âmbito das Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares e Perícias;

- 2) Avaliar o efeito fisiológico das diferentes jornadas e respectivas escalas adotadas, abrangendo os impactos na saúde física e mental e no desempenho, a partir de estudos de caso com profissionais de cada uma das instituições pesquisadas e que realizam diferentes tipos de atividades;
- 3) Avaliar quais tipos de jornadas e escalas são mais adequados considerando-se especificidades institucionais e natureza das atividades.
- 4) Fazer um levantamento da legislação, normatização existente nos estados sobre o trabalho extra-corporação.

Observações:

Jornada – Quantidade de tempo que o empregado está trabalhando ou está à disposição do empregador, com habitualidade, exceto horas extras

Escala – É a organização das jornadas, folgas e revezamentos.

A.6. Implementação e Acompanhamento dos Programas de Polícia Comunitária

A adoção da filosofia de Polícia Comunitária como orientação estratégica aos atores envolvidos na gestão da segurança mostra-se como importante ferramenta na construção de um novo paradigma nesta área.

O Plano Nacional de Segurança Pública, desde 2002, assinala de forma inequívoca a implementação do policiamento comunitário como objetivo à consecução do Sistema Único de Segurança Pública. Dentre as ações realizadas pela SENASP nos últimos anos, destacam-se as capacitações em Polícia Comunitária dos operadores de segurança pública e das lideranças comunitárias (Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), o estabelecimento de parcerias e acordos com organizações participantes, como a JICA (Japan International Cooperation Agency) e o Governo do Japão (Sistema Koban), a construção de bases comunitárias de segurança, o fomento à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs, dentre outras.

Mais do que promover ações de polícia comunitária, tais medidas visam a induzir a implementação de políticas novas de prevenção à violência. Notadamente, as políticas públicas pautadas na filosofia de polícia comunitária dependem do envolvimento e integração dos atores envolvidos na construção da segurança.

É de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública realizar uma pesquisa que possa avaliar a implementação do Acordo de Cooperação Técnica estabelecido em 2008 entre o Brasil e o Japão por meio da SENASP, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e da Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC/MRE), cujo objetivo é realizar a capacitação de profissionais da área de segurança pública orientada pela filosofia e estratégia organizacional de polícia comunitária – Sistema Koban.

Tal Acordo contempla 13 (treze) estados da federação, a saber: Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Sugere-se que esta pesquisa possibilite:

- a) Diagnosticar os resultados quantitativos e qualitativos do Acordo de Cooperação Técnica mencionado, contemplando ao menos 07 (sete) Estados dentre os envolvidos;
- b) Dentre as experiências selecionadas, é importante que sejam descritas as características das rotinas e dos processos dos postos comunitários de segurança, o contexto do local onde tenham sido implementados (com especial atenção às manifestações de violência e conflitualidades que nele ocorrem), sua metodologia de trabalho, público atendido,

resultados conquistados, desafios identificados e a interação com programas sociais associados à filosofia de polícia comunitária;

- c) Analisar o envolvimento dos atores responsáveis pela gestão de segurança pública estadual na implementação de programas de policiamento comunitário orientados pelo Sistema Koban.

GRUPO B

B.1. Segurança Pública e Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos emerge no limiar da Modernidade como forma de reconhecimento e legitimação de condições mínimas para igualdade de direitos, para a promoção à dignidade irrestrita entre os indivíduos, independentemente das diferenças de origem nacional, social, econômica, de crenças, gênero, classe social, dentre outras.

Ao preconizar a valorização de garantias embasadas em valores como “liberdade”, “justiça” e “paz”, a referida Declaração passa a exigir o compromisso dos povos das Nações Unidas em fazer valer o respeito a esses fundamentos. Estes pressupostos são produzidos com vistas à construção de salvaguardas da humanidade perante os horrores vivenciados, sobretudo, durante a 2ª Guerra Mundial.

A Declaração dos Direitos Humanos e toda a regulamentação correlata – por exemplo, as Convenções da ONU e da OEA pela abolição da tortura – impõem pautas prioritárias às nações que a elas aderiram, bem como aos seus aparatos militares e policiais, no sentido de reduzir e coibir práticas abusivas e ilegais na atuação profissional dos agentes de segurança pública.

Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver e implementar medidas de monitoramento e avaliação continuada da atuação profissional em segurança pública pelas corporações competentes, tendo em vista tanto os parâmetros constitucionais como os instrumentos legais de proteção e defesa dos Direitos Humanos que a orientam e regulamentam.

Nesse sentido, é de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública promover pesquisa orientada para o mapeamento e análise de práticas, situações e valores socialmente reproduzidos no interior das instituições de segurança pública que impliquem tanto no cumprimento quanto na negligência ou omissão dos instrumentos e das diretrizes internacionais dos direitos humanos.

Sugere-se como diretrizes para esta pesquisa:

- 1) Realizar estudo sobre valores e normas referentes às concepções de direitos humanos nas corporações policiais;
- 2) Realizar um diagnóstico sobre a formação em direitos humanos nas corporações policiais;
- 3) Avaliar se e como as instituições policiais monitoram a atuação dos policiais que passaram pela formação em direitos humanos.

B.2. Uso da Força

No exercício de sua atividade profissional, a polícia tem a prerrogativa de fazer uso da força em determinadas situações. Espera-se que, no contexto democrático, a garantia da segurança pública, que pode implicar o uso da força em seus diferentes níveis, seja exercida em consonância com parâmetros propostos pelos instrumentos internacionais de Direitos Humanos e normas infraconstitucionais que normalizam sua aplicação.

Tendo em vista a consolidação de uma concepção de segurança pública cidadã e promotora do respeito aos direitos humanos, o governo federal estabeleceu, por meio da portaria interministerial nº 4.226/2010, um conjunto de diretrizes sobre o uso da força pelos agentes da segurança pública, as quais procuram responder a necessidade de padronização dos procedimentos de acordo com os princípios internacionais assim como de reduzir a letalidade em ações policiais.

Nesse sentido, é de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública identificar as formas de monitoramento e controle do uso da força por parte das forças policiais, assim como conhecer as iniciativas de padronização de procedimentos adotados na abordagem policial, sobretudo quando implicam o uso da força em grau mais elevado.

Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Levantar atos normativos internos e externos às corporações de segurança pública relacionados à padronização de procedimentos, ao monitoramento e ao controle do uso da força;
- 2) Mapear iniciativas das corporações em termos de formação, treinamento e programas relativos ao uso da força;
- 3) Identificar indicadores já produzidos sobre o uso da força (com destaque para uso armas de fogo e equipamentos de menor poder ofensivo) nas instituições policiais brasileiras;
- 4) Identificar e avaliar comparativamente os níveis de transparência das instituições policiais na coleta, tratamento e publicização de informações referentes ao uso da força;
- 5) A partir dos estudos existentes e análise dos indicadores (quantitativos e qualitativos) sobre o uso da força, propor tipologias e categorizações que contribuam para a avaliação da atuação dos profissionais de segurança pública nas abordagens policiais.
- 6) Apresentar as metodologias de registro e monitoramento das taxas de letalidade (vitimização de civis e de policiais) envolvendo os profissionais de segurança pública.

B.3. Diagnóstico dos Homicídios

A redução dos homicídios é um dos principais desafios para a área da segurança pública no Brasil. Não se trata de um problema recente e muito menos circunscrito a uma unidade da federação e/ou região. É uma realidade que atinge a população brasileira e exige a atuação conjunta de diferentes esferas da sociedade e instituições públicas para o estabelecimento de ações que respondam ao fenômeno.

Muitos investimentos tem sido empreendidos pelo Governo Federal e pelas Unidades da Federação, com destaque para a implementação da política de redução de armas de fogo a partir da aprovação do Estatuto do Desarmamento, que contribuiu para a redução da taxa de homicídios de 28,9 em 2003 para 25,2 em 2008. Apesar dos esforços, o Brasil ainda figura entre os países com maior taxa de homicídios dolosos no mundo. Segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil registra a sexta maior taxa entre 100 países, atrás de El Salvador, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Ilhas Virgens.

Buscando reverter esse quadro, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se voltado para a construção de políticas públicas que se mostrem eficazes na prevenção e redução da violência de maneira geral, bem como das taxas de homicídio. É certo que uma política eficaz de prevenção e redução de homicídios no Brasil deve apontar para o aprimoramento da gestão intra e inter-setorial nas agências governamentais nas três esferas de governo (municípios, estados e União) assim como para a necessidade de desenvolver estudos e qualificar a gestão da informação.

Os estudos, no Brasil, apontam para um perfil de crime de homicídio doloso em que se pode verificar, majoritariamente, o uso de arma de fogo e a vitimização de uma população jovem e negra. Portanto, esta área temática demanda que as propostas de pesquisa considerem a investigação de fatores associados à ocorrência deste crime no Brasil, sendo desejáveis propostas que considerem, entre outras, as dimensões de gênero, raça e etnia, idade, além das possíveis diferenças regionais e geográficas do Brasil que tenham impacto sobre o objeto estudado.

Como diretrizes para esta área temática, sugere-se:

- 1) Elaborar diagnósticos sócio-demográficos sobre capitais e cidades de regiões metropolitanas com elevadas taxas de homicídio, com vistas a identificar o perfil predominante do tipo de homicídio em questão e as relações que eventualmente possam ser estabelecidas entre outros fatores como os crimes relacionados ao tráfico de drogas, o consumo de álcool, a atuação de grupos de extermínio, o uso excessivo da força por parte de instituições policiais, questões de gênero, idade e étnico-raciais, violência doméstica, principais meios e instrumentos empregados, dentre outras informações;

- 2) A pesquisa deverá contemplar, pelo menos, duas regiões metropolitanas brasileiras, em perspectiva comparada;
- 3) É preferível que se adotem diferentes metodologias de pesquisa, quantitativas e qualitativas, combinando, quando possível, a aplicação de questionários com a realização de entrevistas e grupos focais.

B.4. Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade

A redução dos homicídios é um dos principais desafios para a área da segurança pública no Brasil, e exige a atuação conjunta de diferentes esferas da sociedade e instituições públicas para o estabelecimento de ações que respondam ao fenômeno.

Para enfrentar o problema, é preciso ainda considerar que a violência não se manifesta da mesma forma nas cidades brasileiras. Algumas regiões (municípios, bairros ou mesmo áreas dentro dos bairros) concentram grande parte dos índices registrados, sendo bastante preocupante a vulnerabilidade a que são expostos os seus moradores. Assim, tem sido cada vez mais importante o desenho e a execução de políticas de redução à violência (sobretudo da violência letal) e o desenvolvimento de programas de prevenção e de redução da violência, cujo foco seja o território. A adoção de políticas, programas e ações adequadas à realidade e ao problema apresentado nestes espaços são fundamentais para o seu êxito.

Neste sentido, o conhecimento de experiências de prevenção e redução da violência, sobretudo da violência letal, cuja incidência / base seja o território, possui papel estratégico para a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Sugere-se que as pesquisas a serem realizadas nesta área temática possibilitem:

- 1) Diagnosticar ações, projetos e programas (desenvolvidos pelas polícias ou em parceria com estas) cujo foco seja a redução da violência letal no território;
- 2) Para as experiências escolhidas, é interessante que sejam descritas as características dos programas, projetos ou ações; o contexto onde foram implementados (com especial atenção às manifestações de violência e conflitualidades do local); a que problema a experiência em questão responde, sua metodologia de trabalho, público atendido, resultados conquistados e desafios identificados;
- 3) A pesquisa deverá privilegiar pelo menos duas experiências em curso em execução há mais de um ano, preferencialmente em perspectiva comparada;
- 4) Também é preferível que se adotem diferentes metodologias de pesquisa, quantitativas e qualitativas, combinando, quando possível, a aplicação de questionários com entrevistas e grupos focais.

B.5. Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio

Desenvolver uma política de redução de homicídios implica empreender esforços e investimentos em diferentes estratégias, sendo uma delas referente ao campo da investigação deste fenômeno criminoso, com objetivo de contribuir para a elevação de suas taxas de esclarecimento.

Diante da carência de meios e recursos em diversos estados brasileiros, nem sempre as tecnologias mais adequadas e os processos de trabalho estão sendo desenvolvidos na direção da elevação das taxas de esclarecimento dos homicídios. Isso é especialmente verdadeiro se considerarmos os investimentos voltados para polícia técnico-científica, também chamada de perícia forense. Uma das consequências deste fato é que nem sempre os processos de homicídio denunciados no sistema de justiça estão adequadamente instruídos com os elementos necessários para esclarecer o fato e definir sua autoria. Além disso, os processos de trabalho entre policiais que privilegiam o testemunho e a confissão em detrimento de uma diversidade de mecanismos de investigação têm dado o tom das práticas de investigação adotadas, mesmo nos casos onde a elaboração da prova técnica está disponível.

Assim, a Secretaria Nacional de Segurança pública tem interesse em investigar, por meio desta área temática, o quanto e como os laudos periciais têm sido utilizados nos casos de investigação de homicídios. Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Identificar quais são os principais laudos periciais produzidos durante a investigação dos crimes de homicídios, por meio de uma pesquisa de fluxo e que investigue esta informação nos próprios processos;
- 2) Investigar em que medida os laudos periciais são utilizados para a elucidação de crimes de homicídios;
- 3) Correlacionar as tecnologias disponíveis com a forma como tem sido apropriadas e utilizadas pela polícia no processo de investigação e pela justiça no julgamento do caso;
- 4) Verificar como os policiais e profissionais do sistema de justiça interpretam as informações presentes nos laudos, ou seja, se e como esses instrumentos são considerados para embasar as decisões durante o processo (na fase do inquérito policial, na fase de instrução criminal, na decisão pelo oferecimento ou não da denúncia e no sentenciamento);
- 5) Utilizar como metodologia de pesquisa a investigação nos próprios processos, cujo recorte seja em, no mínimo, uma cidade (capital ou RM) com população superior a 100 mil habitantes.

B.6. Fluxo do registro de mortes violentas

No Brasil, o evento “morte” é contabilizado em diferentes sistemas de registro, segundo a natureza do fenômeno que se quer registrar e subordinado a área de conhecimento responsável pelo registro do fato.

O registro de uma pessoa morta pode figurar no banco de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Trata-se de um sistema de vigilância epidemiológica nacional criado em 1975 cujo objetivo é captar dados sobre os óbitos do país a fim de fornecer informações sobre mortalidade para todas as instâncias do sistema de saúde. O documento de entrada do sistema é a Declaração de Óbito (DO), padronizada em todo o território nacional. O mesmo evento – morte – também pode figurar no banco de dados da Polícia Civil do estado onde tenha ocorrido o fato, caso a morte em questão tenha se configurado num crime. Não obstante, o mesmo fenômeno pode também estar presente no banco de dados do Instituto de Medicina Legal, caso o evento morte implique na realização de um laudo pericial. Em tese, toda morte violenta demanda a realização de necropsia, dado não necessariamente confirmado se analisarmos o volume de exames realizados e laudos expedidos.

Se tratarmos apenas dos fenômenos qualificados como homicídios (nas polícias e no sistema de justiça) ou das chamadas mortes violentas (no sistema de saúde), apenas uma pesquisa de fluxo poderia investigar o grau de subnotificação destes eventos ao se comparar os respectivos sistemas de registro. Mesmo considerando que a definição de morte violenta dada pelo SIM é diferente da dada pelas polícias (no SIM a definição é feita segundo a Classificação Internacional de Doenças, e nas polícias a definição é feita segundo o Código Penal) e por isso as taxas de homicídio contabilizadas pelos dados da saúde são sempre maiores que as registradas pelas polícias, acredita-se haver subnotificação destes eventos nos bancos de dados das polícias, assim como dúvidas com relação à sua classificação e o conseqüente o risco de não haver investigação e processamento de parte dos casos.

Dentre as prioridades da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a redução dos homicídios representa uma das mais fundamentais. Para tal, é necessário desenvolver políticas de redução e controle deste fenômeno, de modo a melhor compreendê-lo e responder mais adequadamente ao problema. Neste sentido é que se mostra fundamental a realização de uma pesquisa cuja questão fundamental seja identificar as causas da subnotificação das mortes violentas no Brasil, de modo que seja possível compreender e analisar as diferentes formas de registro e classificação desses eventos e o modo pelo qual estes diferentes bancos de dados (IML, DATASUS, Polícia Civil) se relacionam e se comunicam entre si, com a finalidade de contribuir para minimizar a subnotificação. Os resultados desta pesquisa vão auxiliar na consecução de uma das metas da

Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, parceria entre o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional do Judiciário e o Conselho Nacional do Ministério Pública. Sugere-se que a pesquisa seja feita de forma comparada em no mínimo duas cidades, preferencialmente capitais, que registrem, segundo os dados do DATASUS, taxas de mortes violentas acima de 20 por 100 mil habitantes.

Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Mapear os instrumentos de que o estado dispõe para registrar o evento morte violenta nos sistemas de saúde e de segurança e explicar as metodologias de registros dos eventos em cada uma das instituições;
- 2) Avaliar o grau de comunicação entre os diferentes bancos de dados existentes, assim como os pontos de coincidência e de não coincidência nos registros do evento, considerando os diferentes sistemas classificatórios existentes nas instituições (Instituto Médico Legal, DATASUS e Polícia Civil);
- 3) Identificar, no fluxo de registro das mortes violentas no âmbito da saúde e da segurança, os escapes que podem contribuir para a subnotificação dessas ocorrências, de forma a explicitar as possíveis causas de subnotificação das mortes violentas nas cidades pesquisadas;
- 4) Relacionar as correções necessárias para melhorar o fluxo de informações sobre mortes violentas, com objetivo de minimizar a subnotificação do evento.

B.7. Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal

De acordo com o parágrafo 8º do artigo 144 do texto constitucional de 1988, “os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”.

A despeito da restrita atuação conferida aos municípios brasileiros a partir do marco legal vigente, o Brasil tem vivenciado um aumento da sua responsabilização no campo da segurança pública, dado que pode ser observado pela atuação das Guardas Municipais (não apenas da sua criação) e da constituição de estruturas de gestão de políticas de segurança no âmbito local, como a formação de Secretarias Municipais de Ordem Pública ou afins, de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, de Observatórios Municipais de Prevenção à Violência e de Conselhos Comunitários de Segurança.

Nem sempre foi assim. Durante anos a questão e as políticas de segurança pública eram compreendidas como algo cuja responsabilidade competia apenas aos governos estaduais e, especialmente, às Polícias.

Um dos efeitos do alargamento do conceito e da forma de gestão das questões relacionadas à segurança no âmbito local foi o aumento dos investimentos nesta área, tanto dos próprios municípios – especialmente das grandes capitais – quanto do próprio Governo Federal. Não por acaso a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem investido, desde 2003, recursos voltados para a elaboração de diagnósticos locais sobre a situação local da violência nas cidades e o desenvolvimento de planos municipais de ordem pública e prevenção da violência, cujas ações podem prever a estruturação local de esferas de gestão, o aprimoramento da Guarda Municipal, o desenvolvimento de políticas de prevenção adequadas à realidade diagnosticada e a criação de instâncias de participação da sociedade civil na execução das políticas.

Considerando este pano de fundo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública identifica a necessidade de conhecer mais a fundo as experiências desenvolvidas e verificar como os recursos empregados têm se transformado (ou não) em aumento da qualidade de vida dos cidadãos por meio da redução da violência, da criminalidade e do desenvolvimento de programas de prevenção. A partir da premissa de que é na cidade que as pessoas vivem, a SENASP compreende sua vocação preventiva e a importância estratégica da sua atuação neste campo para a promoção da qualidade de vida.

Neste contexto, esta diretriz sugere a realização de uma pesquisa comparada que possa ser capaz de avaliar a implementação de políticas de segurança pública no âmbito municipal, verificando

quais os investimentos feitos, os resultados alcançados, os fatores de sucesso e risco, assim como os problemas identificados.

Sugere-se que a pesquisa compare, no mínimo, duas cidades que tenham desenvolvido políticas de segurança pública estruturadas e tenham feito investimentos em suas estruturas de gestão voltadas para esta temática.

Como diretrizes para esta proposta de pesquisa, sugere-se:

- 1) Realizar um estudo comparado entre, no mínimo, duas cidades sobre a implementação de políticas municipais de prevenção à violência, promoção da ordem pública e/ou da segurança no nível local;
- 2) Mapear a situação das cidades estudadas antes e depois da implementação das políticas, assim como o volume de investimentos feitos durante este processo;
- 3) Considerar não apenas a criação de novas estruturas de gestão, mas o envolvimento da população nesta temática. Para tanto, sugere-se como metodologia a utilização de dados quantitativos e dados qualitativos, que podem ser obtidos a partir de entrevistas e grupos focais.
- 4) Definir como critério de escolha cidades que tenham vivenciado cenários de algum tipo de violência, considerando realidades semelhantes e/ou diferenciadas, além de considerar cidades que tenham desenvolvido políticas de prevenção à violência, promoção da ordem pública e/ou de segurança em nível local no período de 2003 a 2009, cuja duração mínima tenha sido de dois anos.

ANEXO II – TABELA DE CRITÉRIOS E DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Critério I – Adequação ao tema e às diretrizes propostas: avaliar se houve efetiva compreensão do tema apresentado e se a proposta contempla as diretrizes temáticas expostas.	Até 12 pontos
Critério II – Estratégia metodológica: avaliar a adequação da estratégia de pesquisa frente aos resultados pretendidos, bem como se a execução da proposta apresentada é viável dentro dos limites temporais e orçamentários existentes.	Até 12 pontos
Critério III – Titulação dos membros da equipe de pesquisa Observação: a existência de coordenador de pesquisa com título de doutor em áreas relacionadas com a área temática de candidatura é condição obrigatória para a composição da equipe.	Até 4 pontos
Critério IV – Experiência dos membros da equipe em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura.	Até 4 pontos
Critério V – Experiência da instituição proponente na execução de pesquisas empíricas e aplicadas.	Até 4 pontos
Critério VI – Experiência da instituição proponente em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura.	Até 4 pontos
TOTAL DE PONTOS	Até 40 pontos

Observação importante: Para julgamento dos critérios III a VI, serão consideradas somente as informações encaminhadas como parte integrante das propostas de pesquisa. Deverão ser incluídas nas propostas de pesquisa as informações pertinentes ao julgamento desses critérios, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.

Critério de desempate:

Caso o Comitê de Avaliação atribua o mesmo número de pontos a duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate a localização da instituição proponente, sendo escolhida a proposta proveniente de Unidade da Federação que ainda não tenha sido contemplada no processo de seleção.

ANEXO III

Com o objetivo de auxiliar as instituições proponentes, elaborou-se uma lista de itens que deverão obrigatoriamente constar nas propostas a serem enviadas. Todavia, **essa lista NÃO substitui os parâmetros indicados no texto desta Convocação.**

- Indicação de forma clara e inequívoca da área temática com transcrição literal de um dos títulos disponíveis;
- Apresentação da equipe de pesquisa, contendo:
 - Coordenador com título de doutor na área relacionada com área temática da candidatura;
 - Currículo dos membros;
 - E-mail de cada um dos membros;
 - Telefones do coordenador para contato;
- Apresentação da Instituição:
 - Comprovação do histórico e da experiência da instituição na área temática da candidatura, inclusive no que diz respeito às pesquisas empíricas e aplicadas.

Com relação à apresentação da equipe de pesquisa e da Instituição proponente, serão consideradas somente as informações encaminhadas como parte integrante das propostas de pesquisa. Deverão ser incluídas nas propostas de pesquisa todas as informações pertinentes ao julgamento desses critérios (Critérios III a VI), mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis (por exemplo, Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com área de concentração ou linha de pesquisa ligadas às áreas temáticas indicadas ou pertencentes aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)).

- Apresentação do Cronograma de realização do projeto de Pesquisa com marco inicial em 14 de novembro de 2011 e data limite de 14 de maio de 2012, respeitando os prazos de entrega dos produtos:
 - Produto inicial: 14 de dezembro de 2011;
 - Produto parcial: 14 de março de 2012;
 - Produto final: 14 de maio de 2012.

- Apresentação do orçamento com a descrição dos custos de implementação do projeto de pesquisa e dos prazos para a utilização dos recursos oriundos do apoio financeiro (cronograma de desembolso):
 - Planejamento das ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa, conforme os prazos de entrega dos produtos, prevendo, inclusive, eventuais taxas administrativas;
 - Definição prévia da partilha dos recursos a serem utilizados para remuneração direta do coordenador-doutor e dos membros de sua equipe de pesquisa, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto;
- Apresentação de proposta de contrapartida institucional à parceria;
- Comprovação de regularidade fiscal:
 - Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;
 - Inscrição Municipal;
 - Inscrição Estadual;
 - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - Certidão Negativa de Débito Estadual;
 - Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
 - Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;
 - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
- Assinatura do representante legal da instituição proponente;
- Caso o projeto seja apresentado em conjunto com outras instituições, deve-se apresentar:
 - Parceria devidamente comprovada;
 - Definição clara e prévia da divisão de trabalho;
- Entrega ou envio da proposta até o dia **14 de outubro de 2011**, no endereço abaixo:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública
Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação
SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112
Edifício Venâncio 3000
CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

- O envelope deve conter:

Edital de pesquisa – “Pensando a Segurança”

- A inscrição “**Edital Pensando a Segurança Pública**” e a identificação da instituição;
- A proposta impressa:
 - Em 01 (uma) via;
 - Em papel timbrado da instituição;
 - Rubricadas todas as folhas, datada e assinada na última folha pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas;
- Proposta em meio magnético (CD-ROM ou DVD).